

# “Que Deus tenha misericórdia desta nação”: uma releitura, dez anos depois, da presença religiosa no impeachment de Dilma Rousseff

Guilherme Borges

D

ia 17 de abril de 2016, a abertura do processo de impeachment era aprovada por ampla maioria na Câmara Federal. Até deputados que haviam contribuído para levar Dilma Rousseff ao poder, apoiando-a em sua eleição e reeleição, passaram a votar pelo seu

---

A escrita deste trabalho foi possível graças ao financiamento oferecido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), cujo apoio agradeço – processo nº 2022/13618-1, Fapesp e processo nº 2021/14038-6, Fapesp. As opiniões, hipóteses e recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Fapesp. Agradeço também o apoio institucional oferecido pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cepap) e pelo projeto Nonreligion in a Complex Future (NCF), sediado na Universidade de Ottawa, Canadá.

---

**GUILHERME BORGES** é pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cepap) e do projeto Nonreligion in a Complex Future (NCF).

afastamento. Inversão de bases justificada, em larga medida, “por amor a Deus” e realizada pelos “princípios de Sua palavra” e “sob a Sua proteção”. O próprio presidente da Câmara, ao optar pela admissibilidade do impedimento, firmou sua escolha com uma súplica à clemência divina: “Que Deus tenha misericórdia desta nação”.

No ano em que este artigo é publicado, a destituição de Dilma completa exatamente uma década. Trata-se, tal marco temporal, de uma ocasião propícia para retomar episódios que culminaram na remoção da então ocupante do maior cargo político do país. Mas a proposta aqui não é expor em linhas gerais os desdobramentos que resultaram nessa queda. O presente texto possui um escopo bem mais delimitado: ao observar o processo do impeachment de Dilma, o que se procura é reavaliar a presença e a circulação ali de atores e ideários reconhecidos porquanto religiosos. Em outras palavras, o objetivo é compreender de que maneira repertórios e agentes identificados publicamente como religiosos foram mobilizados ou se mobilizaram na conformação das posições políticas nesse contexto de questionamento da legitimidade de quem ocupava o controle do Poder Executivo.

Para que assim possa ser feito, a análise orienta-se pelo instrumental teórico da sociologia das crises políticas, tal como formulada por Michel Dobry. A abordagem de Dobry tem sido mobilizada em diversos estudos voltados ao exame de momentos de inflexão do sistema político brasileiro pós-2013 (Alonso, 2017; Freitas, 2023). Nenhuma dessas investigações, porém, parece tomar como foco privilegiado de escrutínio aquelas mobilizações políticas validadas por um caráter religioso, ainda que engajamentos desse

feito tenham galgado grande visibilidade na história recente do país. É essa lacuna que se procura preencher aqui, examinando de que modo movimentações político-religiosas contribuíram para reconfigurar o cenário que culminou no impeachment.

Ao examinar o desenrolar da queda de Dilma, salta aos olhos o fato de que as percepções e disposições reconhecidas como religiosas que circularam ao longo desse processo não podem ser compreendidas de forma isolada nem ser circunscritas ao momento da destituição presidencial. Ao contrário, elas se inscrevem em um quadro mais abrangente, cujas raízes remontam, ao menos, à campanha presidencial de 2010, isto é, ao processo de chegada de Dilma ao poder. Por isso, o material empírico mobilizado na pesquisa é composto de uma ampla base textual de fontes jornalísticas que cobriram não somente a queda de Dilma, mas também sua ascensão.

Esse “*corpus literário*” inclui materiais publicados em veículos da imprensa escrita de grande circulação nacional – notadamente os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* –, cuja escolha se justifica pela capilaridade de sua circulação e pelo papel que desempenharam na conformação do debate público. A análise desse material permite um olhar panorâmico do cenário em que se incluíram as tomadas de posição ao longo dos casos em análise. Junto a isso, possibilita, também, reconstruir os enquadramentos discursivos por meio dos quais as controvérsias políticas foram apresentadas e disputadas no espaço público.

Para garantir maior precisão investigativa, o levantamento empírico foi organizado a partir de dois recortes temporais bem definidos. O primeiro compreende o

período entre 6 de julho e 31 de outubro de 2010, que corresponde, respectivamente, ao intervalo entre o início oficial da primeira campanha presidencial de Dilma e o fim do segundo turno daquelas eleições. Já o segundo recorte abrange os acontecimentos situados entre 2 de dezembro de 2015, data da aceitação do pedido de impeachment pelo então presidente da Câmara, e 12 de maio de 2016, quando se consumou o afastamento da presidente. Integra ainda o *corpus* analisado a transcrição integral dos votos proferidos na sessão que deliberou sobre a abertura do processo de impeachment.

Uma vez esclarecido o escopo deste trabalho, cumpre salientar aquilo que *não* constitui seu propósito. Não se busca aqui avaliar o mérito jurídico das acusações dirigidas à então presidente da República, tampouco se trata de emitir juízos sobre a correção ou impropriedade do processo que resultou em seu afastamento. A presente análise não se orienta pela apreciação normativa dos fundamentos legais do impeachment e, por isso, mantém-se deliberadamente afastada desse registro, concentrando-se nas dimensões político-religiosas dos episódios descritos a seguir.

## **O IMPEACHMENT E SUAS JUSTIFICATIVAS CATÓLICAS E EVANGÉLICAS**

Nunca, em uma história que já conta com mais de 20 anos, a TV Câmara – emissora criada para transmitir votações e pronunciamentos parlamentares – registrou o número de espectadores daquele domingo, quando deputados federais deliberaram a respeito da abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Em um

período de quase dez horas, das quais seis foram dispendidas só com o anúncio dos votos, houve um crescimento de 4.222% na audiência do canal, considerando a mesma faixa de horário dos quatro domingos anteriores ao dia em questão (Soares, 2016). A possibilidade de transmitir o sufrágio parlamentar ao vivo fez com que a emissora saltasse da 76ª para a 10ª posição na concorrida disputa pela audiência televisiva nacional.

Mas a TV Câmara não foi a única a bater recordes de público por ocasião do impeachment. A transmissão da GloboNews obteve um alcance inédito de 8,2 milhões de espectadores, número que significou de longe a primeira colocação em termos de audiência dentre os canais por assinatura. O dia também foi de ganhos de audiência para a própria Rede Globo. Pelas medidas do Ibope Inteligência, ao optar por transmitir integralmente a votação do impeachment, a emissora conseguiu 22 pontos de audiência na Grande São Paulo, quatro a mais do que a média do canal no horário (cada ponto equivale a 197,8 mil espectadores) (Castro, 2016). Para isso, tradicionais programas vespertinos e noturnos foram deixados de lado. Em seu lugar, imagens da TV Câmara reproduzidas de imediato, sem cortes ou interferências.

Em um período de mais de quatro horas, nenhum “global” deu as caras ou ensaiou qualquer ruído. O apresentador William Bonner, que às 9h21 da manhã já entrava ao vivo para liderar a cobertura do dia, se calou às 17h46, quando a votação de fato teve seu começo. A voz de Bonner só seria veiculada novamente às 22h11, com o anúncio de que a abertura do impeachment exigia apenas mais 35 votos favoráveis para se concretizar. No mais, a Rede Globo possibilitou que

Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, tocasse a prestigiosa programação de domingo. Tamanho silêncio acabou por ser oportuno. A quietude adotada durante o escrutínio safou Bonner do constrangimento de ter que improvisar alguma réplica após a justificativa de voto do deputado Cabo Daciolo, o qual praguejou contra a emissora, e o fez sem meias-palavras:

“Glória a Deus! Sr. presidente, todos aqui ouviram eu falar ‘Fora, Dilma!’, ‘Fora, Michel Temer!’, ‘Fora, Eduardo Cunha!’, ‘Fora, Rede Globo’, mentirosa, que fica difamando pessoas. Vocês podem ser grandes aos olhos do homem, mas, para Deus, vocês são pequenininhos. Em nome do Senhor Jesus, eu profetizo a queda dos senhores a partir de hoje. [...] O meu voto é ‘sim’. Glória a Deus! ‘Feliz a nação cujo Deus é o Senhor’” (Cabo Daciolo, PTdoB-RJ).

Pela crítica contundente à Rede Globo, o discurso de Daciolo pode bem ser qualificado como inusitado. Afinal, nenhum outro deputado sequer mencionou a emissora ao longo da votação, quanto mais no tom enérgico visto acima. Além disso, é peculiar que a fala tenha se dado em prol do impeachment, sendo que, na justificativa que antecedeu imediatamente essa opção, foram emitidas palavras de ordem contra Michel Temer e Eduardo Cunha. Ao menos nas narrativas contrárias à queda de Dilma, ambos eram apontados como principais artífices desse processo, cuja abertura institucional veio a contar com o “sim” de Daciolo.

Não obstante suas particularidades, esse discurso, sob certo aspecto, passou longe de ser uma exceção bizarra entre os pronunciamentos favoráveis ao impeachment apresen-

tados na Câmara. Daciolo foi apenas mais um dentre os que buscaram ter seus votos amparados em gramáticas religiosas e especificamente em versículos bíblicos. Quem se der ao trabalho de conferir, palavra por palavra, as afirmativas emitidas por deputados na deliberação do impeachment, será capaz de localizar, inclusive, repetições literais do exato versículo (Salmo 33:12) utilizado por Daciolo para encerrar sua fala:

“*Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor!* Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é ‘sim’” (Pastor Eurico, PHS-PE, grifo meu).

“Sr. presidente, por minha família, pela família quadrangular e evangélica em todo o Brasil, pelo Pará, eu voto ‘sim’. E *feliz é a nação cujo Deus é o Senhor*. Que Deus continue abençoando o povo brasileiro!” (Josué Bengtson, PTB-PA, grifo meu).

Como é possível perceber, afora repisar a passagem do salmo, Josué Bengtson, que à época ocupava a dupla posição de parlamentar e pastor, chegou a citar nominalmente, no momento do voto, sua denominação de pertença, isto é, a Igreja do Evangelho Quadrangular. Ele não foi o único deputado a fazê-lo. Na verdade, ele não foi nem mesmo o único deputado da Igreja Quadrangular a fazê-lo:

“A palavra de Deus diz: ‘Quando um justo governa, o povo se alegra. Quando um ímpio domina, o povo sofre’. Pelo fim desse governo injusto que está fazendo o povo sofrer, pela nação quadrangular no Brasil, por um pai de 78 anos que

me ensinou os princípios da palavra de Deus, pelo meu Estado, eu voto ‘sim’, sr. presidente” (Jefferson Campos, PSD-SP).

“Liliene, meu amor, esse voto é pelo Lorenzo, nosso filho, pelas futuras gerações, pelas crianças do Brasil. Quero homenagear aqui os 3 milhões de guerreiros e guerreiras da família, da nação quadrangular, que há 65 anos contribui e ora por um Brasil melhor. [...] Não há golpe! Impeachment! Meu voto é ‘sim’” (Stefano Aguiar, PSD-MG).

Se a Igreja Quadrangular foi citada na votação do impeachment, quanto mais não era de se presumir que a Assembleia de Deus também o fosse, haja vista ser esta a denominação evangélica com o maior número de parlamentares provindos de suas fileiras:

“Sr. presidente, que Deus tenha misericórdia do nosso país! Por São Paulo, pelo Brasil – e também, sr. presidente, em respeito e fidelidade ao meu povo assembleiano, que me trouxe para este Parlamento –, o meu voto é ‘sim’, sr. presidente” (Paulo Freire, PR-SP).

Até mesmo denominações pentecostais pequenas, como a Projeto Vida Nova – autapelidada como “A Igreja que tem Cara de Leão” –, foram citadas nos discursos em prol do afastamento de Dilma:

“Sr. presidente, parafraseando o pastor Martin Luther King, nós não somos ainda aquilo que gostaríamos de ser. Não sabemos em quanto tempo seremos aquilo que gostaríamos de ser. Mas uma coisa é certa: nunca mais seremos os mesmos. Eu quero homenagear os mais de 50 milhões

de evangélicos do Brasil, a Nação Cara de Leão, a minha querida família, a minha esposa Márcia Teixeira, os meus filhos, Diego e Tati Teixeira, por um tempo novo contra essa corrupção. Voto ‘sim’ ao impeachment!” (Ezequiel Teixeira, PTN-RJ).

Visto que o pastor Martin Luther King foi lembrado no pronunciamento acima, por que não recordar, também, um líder religioso brasileiro? Foi o que fez o deputado Franklin Lima, liderança da Igreja Mundial do Poder de Deus, que achou por bem homenagear, na votação do impeachment, o fundador e guia de sua denominação, o apóstolo Valdemiro Santiago:

“Srs. deputados, sr. presidente, povo brasileiro, em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus a oportunidade de ser eleito por um estado tão amável, tão maravilhoso como Minas Gerais. Nesse estado, nasceu uma pessoa que admiro muito, que é o apóstolo Valdemiro Santiago, e aquela igreja maravilhosa me ajudou neste trabalho. [...] Neste momento, para que o brasileiro tenha uma nova esperança de dias melhores, de prosperidade, eu voto ‘sim’” (Franklin Lima, PP-MG).

Homenagens às respectivas denominações não foram um privilégio apenas de evangélicos. Católicos procederam de maneira análoga. Deputados ligados à Renovação Carismática Católica fizeram questão de tecer louvores ao movimento durante suas justificativas de voto:

“Sr. presidente, fui eleito por paranaenses que acreditam no resgate da moralidade na política. Fui eleito pelo projeto de fé e política da Renovação Carismática Católica no meu

estado do Paraná. Pela minha família, pela minha filha, pela minha esposa, pelo povo do Paraná, tenho orgulho em dizer: terra da Lava-Jato, avante! Polícia Federal! ‘Sim’ ao impeachment” (Diego Garcia, PHS-PR).

No interior dessas exaltações, restaram também tributos à Canção Nova, que integra a Renovação Carismática e se configura como a maior comunidade católica nacional:

“Sr. presidente, pelos valores que herdei dos meus pais, e que procuro repassar aos meus filhos; pela gratidão que tenho à Renovação Carismática Católica, à Canção Nova e aos demais movimentos que me ajudaram a me livrar das drogas; pelos milhões de brasileiros que vivem hoje nas drogas e não têm ajuda; para honrar os belo-horizontinos, os mineiros, os brasileiros nesta Terra de Santa Cruz, o meu voto é ‘sim’” (Eros Biondini, Pros-MG).

Após a aprovação na câmara baixa do Congresso Nacional, o processo de impeachment seguiu para a câmara alta. Passado menos de um mês da deliberação entre deputados, o que se viu foi mais uma votação expressiva, daí em diante por parte de senadores, em favor do afastamento de Dilma. Com a decisão bicameral do Legislativo, Michel Temer assumiu o cargo de presidente interino. No discurso de posse, ele fez questão de afirmar que seu governo seria “fundado de alto critério religioso” e acrescentou: “O que queremos fazer agora com o Brasil é um ato religioso, um ato de religião de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso país”.

Sob aplausos e gritos de “amém”, o novo mandatário da nação encerrou seu discurso suplicando a “Deus que nos abençoe a todos.

A mim, aos congressistas, aos membros do Poder Judiciário e ao povo brasileiro. [...] Que em breve tempo, possamos agradecer a Ele pelo trabalho que, a partir de agora, será feito” (Rocha; Fagundes; Inhesta, 2016). Em seguida ao pronunciamento de estreia, Temer se reuniu a portas fechadas com lideranças de igrejas e parlamentares religiosos. No gabinete presidencial, sobressaíam as figuras dos pastores Silas Malafaia e Marco Feliciano (Franco, 2016a).

Em 2011, ou seja, no mesmo ciclo em que Dilma assumiu a presidência da República, Feliciano tomou posse para seu primeiro mandato como deputado federal. Dois anos depois, ele foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Trata-se de uma comissão historicamente vinculada a deputados federais situados à esquerda no espectro político. Devido a esse histórico do colegiado, tendo sido eleito para presidi-lo, Feliciano fez questão de declarar, durante um culto, que, “pela primeira vez na história deste Brasil, um pastor cheio de Espírito Santo conquistou um espaço que até ontem era dominado por Satanás” (Carvalho, 2013).

Tal manifestação acarretou um sem-número de controvérsias. Não obstante essas reações negativas, a comissão, sob o comando de Feliciano, conseguiu, por exemplo, ratificar um projeto que avalizava psicólogos para que oferecessem tratamentos à homossexualidade. Como era de se esperar, a aprovação do projeto resultou em novas alterações (Foreque; Falcão, 2013).

Os atos polêmicos de Feliciano não foram, entretanto, um impeditivo para que Temer o procurasse durante o processo de impeachment. Ainda como vice-presidente, ele gravou um vídeo com o pastor no

qual ambos pediam as orações dos fiéis. Na transmissão, Temer ressaltava o vínculo pessoal com Deus ao dizer: “Nós, que somos religiosos”. Feliciano, por sua vez, apontava o peemedebista como um “homem temente”. Na ocasião em que o vídeo foi exibido, Temer teve a glória de ser saudado por Feliciano como aquele que iria assumir a presidência “dentro de 15 ou 20 dias”. O pastor ainda se viu na necessidade de desmentir o boato de que o futuro presidente seria satanista (Bachtold, 2016).

Três dias antes de o vídeo ser divulgado, Temer já havia aberto espaço em sua agenda para receber Malafaia e lhe pedir bênçãos e apoio. O propósito oficial do encontro, ocorrido no Palácio do Jaburu, foi o de rezar a Deus para que, tão logo assumisse a presidência, Temer tivesse a sabedoria de dirigir “a nação para tirá-la do fundo do poço” (Uribe, 2016).

Em outro palácio, o do Planalto, Dilma também recorria a apoio religioso. O religioso, no caso, era o bispo Edir Macedo, fundador e chefe da Igreja Universal do Reino de Deus. Entre tentativas de barrar o impeachment, Dilma telefonou a ele na esperança de conseguir algum esteio político. O bispo, contudo, frustrou tal expectativa ao limitar seu auxílio tão somente a um comprometimento de cunho abstrato: “orar por ela [Dilma] e pelo país” (Lima; Arbex, 2016). A resposta, aparentemente apolítica, contrastava com a disposição, manifesta repetidas vezes por Edir Macedo, de entrar no jogo da militância partidária.

Com um ideário de colonização do poder público, Edir Macedo lança mão de candidaturas capitaneadas por sua igreja. Até aquele momento, a principal delas havia sido a de seu sobrinho, Marcelo Crivella, ao

Senado. Assim como o tio, Crivella é bispo da Universal e já reconheceu que se tornou senador por determinação da igreja: “Aceitei porque na Igreja Universal você não tem opção. Na Igreja Universal [...] você vai, tem que ir” (Azevedo, 2016). Antes dessa declaração, Crivella já havia proclamado: “Os evangélicos ainda vão eleger um presidente da República, que vai trabalhar por nós e nossas igrejas. E nós vamos cumprir a missão que há dois mil anos é o maior desafio da igreja, de levar o Evangelho a todas as nações da Terra” (Lima, 2017).

Após votar no Senado em favor do afastamento de Dilma, Crivella deu mais um passo na direção de concretizar sua visão profética. Ele se licenciou de seu mandato como senador menos de um mês depois de deliberar pela admissibilidade do processo de impeachment. O objetivo: dar início à campanha eleitoral para se sagrar prefeito da cidade do Rio de Janeiro. O projeto foi bem-sucedido e sua ascensão na capital fluminense representou a mais expressiva conquista política já alcançada por um membro da Igreja Universal (Franco, 2016b).

Enquanto o episcopado da Universal se entrincheirava na oposição a Dilma, o episcopado de outra igreja, a Católica, dizia não ver razões para saudar o pedido de impeachment. Religiosos com posição de destaque no interior da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), estrutura que congrega o episcopado nacional, foram unânimes ao mostrar descontentamento com a possibilidade, cada vez mais iminente, de concretização do impeachment. O presidente da CNBB, cardeal Raymundo Damasceno Assis, fez questão de sublinhar que, a seu ver, não haveria indícios de atos que pudessem justificar qualquer denúncia quanto à presidente da República. Já o

secretário-geral da entidade, Dom Leonardo Ulrich Steiner, declarou que o afastamento da mandatária enfraqueceria as instituições democráticas. Em sua 54ª Assembleia Geral, a Conferência emitiu uma manifestação conjunta a respeito do impedimento. No texto, os bispos pediam respeito pelo ordenamento jurídico do Estado democrático (Arbex, 2016). Durante o desenrolar da queda, Dilma ainda se reuniu, em compromisso de caráter sigiloso, com o Conselho Permanente da CNBB (Formiga, 2015).

Entretanto, a avaliação que o episcopado fez da conjuntura política não constituiu uma unanimidade no interior da “eclesiosfera”. A esse respeito, pode-se citar o Movimento Legislação e Vida, que, no que concerne ao impeachment, buscou marcar posição de divergência em relação aos bispos. O grupo atua em Brasília com a demanda maior de suprimir qualquer permissivo ao aborto. Essas mobilizações, por sua vez, contam com o respaldo da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, a qual agrega uma série de parlamentares católicos entre seus correligionários.

Envolvido, assim, na dinâmica do poder público, o Movimento Legislação e Vida divulgou carta aberta aos bispos do país, em resposta ao posicionamento adotado pelo episcopado diante da possibilidade de queda da presidente:

“Em meio à grave crise política, econômica, institucional e, acima de tudo, profundamente moral, nós, católicos, recorreremos a cada membro do episcopado brasileiro, para que em cada diocese haja uma posição clara e firme em relação aos graves danos que o Partido dos Trabalhadores (PT) causou à Igreja Católica e à nação brasileira nestas

últimas décadas, especialmente nos últimos treze anos à frente do governo [...] implementando a agenda antivida e antifamília das fundações internacionais, a agenda abortista, etc. E tudo isso com a complacência do clero progressista da CNBB, e através de ONGs e pastorais atuando no seio da igreja, dos teólogos da libertação e de toda sorte de infiltrados. Faltou coragem a muitos bispos do Brasil, firmeza e fidelidade ao Magistério: ao não alertarem os fiéis do risco de excomunhão – e do risco à própria salvação – aos que apoiavam o PT” (Nery, 2016).

De forma muito mais silenciosa e privada, mas com efeitos potencialmente mais decisivos, outro representante da Igreja Católica também já havia se mostrado em favor da destituição presidencial. A jurista Janaina Paschoal, autora do pedido de impeachment, conta que, antes de homologar a acusação junto ao Poder Legislativo, chegou a mostrá-la a um sacerdote católico. Tempos depois, tendo sido a denúncia acatada não só pelo padre, como também pelo presidente da Câmara, Paschoal, apanhada por dúvidas persistentes, voltou a se valer da mesma direção espiritual: “Eu tenho esse direito [de prosseguir com o impeachment]?” (Dualibi, 2016). Bênção eclesiástica renovada, a jurista se viu, aí sim, impelida a dar continuidade ao processo que levaria à derrocada de Dilma.

## RELIGIÃO E CRISE POLÍTICA

No pedido de impeachment votado na Câmara, a presidente foi acusada de duas práticas ilegais: a de ter ampliado a previsão de gastos do orçamento sem autorização do Congresso, em uma conjuntura em que havia

dificuldades de atingir a meta fiscal; e a de recorrer às “pedaladas fiscais”, que são atrasos nos repasses do governo a bancos públicos, medida interpretada pelo Tribunal de Contas da União como forma proibida de empréstimo bancário ao governo (Amorim, 2016). Como já foi dito na introdução desta análise, não cabe aqui entrar no mérito de tais acusações. Cumpre apenas destacar que elas se referiam a denúncias de desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa (Capelo, 2015), isto é, a questões técnicas, de responsabilidade fiscal, que em nada se confundiam com razões de ordem metafísica ou com pressupostos fundados em uma esfera transcendente.

A despeito do caráter “laico” das acusações, uma ampla gama de integrantes dos poderes Legislativo e Executivo fez uso de um carimbo identificado como religioso, e especificamente cristão, para legitimar e justificar seus posicionamentos a respeito da acusação em apreço. A esse movimento se somaram as iniciativas capitaneadas por eclesiásticos de profissão, que também perscrutaram e penetraram o jogo da política institucional, fazendo valer ali os preceitos de sua fé.

Em suma, a queixa que recaiu sobre Dilma não continha nenhuma temática referenciada enquanto religiosa; não obstante, recursos assim identificados foram mobilizados para influenciar o processo de impeachment. Diante desse cenário, cumpre voltar os olhos para o diagnóstico proposto pela sociologia das crises políticas, que tem em Michel Dobry seu principal teórico. Na perspectiva formulada por Dobry (2024), as sociedades complexas são assim caracterizadas na medida em que apresentam múltiplos setores diferenciados. Tais seto-

res são portadores, cada qual, de lógicas de funcionamento específicas.

Essas lógicas setoriais, contudo, não devem ser compreendidas como dadas *a priori*, pois são resultado de processos sociais de diferenciação, estabilização e objetivação historicamente situados. Os setores e seus modos de operação são continuamente produzidos e reproduzidos a partir de arranjos que lhes conferem consistência, singularidade e inteligibilidade. Uma vez consolidados, eles passam a operar de modo relativamente autônomo, orientando as práticas e percepções dos atores neles envolvidos.

A ênfase da análise de Dobry recai justamente na verificação de que, em conjunturas “normais”, os setores se caracterizam “por sua capacidade de realizar o fechamento do espaço de referência obrigatório dos cálculos de seus membros” (Dobry, 2024, p. 89). Entre os fundamentos que amparam essa autonomia setorial, Dobry leva em conta, além dos recursos burocráticos daquelas “entidades fortemente institucionalizadas” (Dobry, 2024, p. 101), a “microfísica de demarcação de fronteiras” própria a cada setor (Dobry, 2024, p. 95). Nessa microfísica, constam os discursos oficiais e oficiosos que resguardam as lógicas setoriais, bem como o jogo de jurisdições internas, os códigos endógenos, como também o não dito, as leis do silêncio diante do exterior.

Ou seja, os setores contam com regras próprias, tácitas ou manifestas, pragmáticas ou solenes, que orientam, em particular, as ações e percepções dos atores ali inseridos. Ao fazer referência a determinado setor, cumpre identificar os atores presentes e os recursos materiais e simbólicos distribuídos, os quais são mobilizados segundo certos marcos de avaliação e previsibilidade que

condicionam as ações passíveis de serem efetivadas. Por exemplo, quando se examina o espaço social que abrange a atividade política parlamentar, é imprescindível que sejam localizados os atores – membros do Senado, deputados, entre outros – e os recursos – medidas provisórias, alianças partidárias etc. – que esses atores acionam, levando em conta as “regras do jogo” pertinentes ao Poder Legislativo. Dessa forma, será possível apontar iniciativas características daquela lógica setorial (Dobry, 2024, p. 88).

Porém, nas conjunturas de crise política, o modelo teórico de Dobry prevê que os setores, anteriormente circunscritos, passam a embaralhar suas lógicas ao se imiscuírem mutuamente na realidade social (Dobry, 2024, p. 105). Ou seja, com as situações críticas, em que a legitimidade de quem detém o poder é questionada, advém uma mudança de estado nas sociedades complexas, pelo esmorecimento da autonomia entre setores. Nesse ponto, quando o *status quo* político passa a ser largamente contestado, manifestam-se as assim chamadas “mobilizações multissetoriais”: é dada a deixa para que indivíduos de diferentes setores possam adentrar o setor político e lá agir, empregando recursos de seus setores originários; da mesma forma, também fica desobstruída a ação daqueles que, pertencentes ao setor político, procuram trazer recursos exteriores a esse âmbito para fazer uso em seus expedientes.

Na crise que envolveu o impeachment da presidente, constata-se essa justaposição de referências próprias a diferentes setores. É possível observar que os atores não inscreveram suas estratégias de ação nos referenciais rotineiramente vinculados aos setores em que se localizavam. Ao longo

do processo que levou à queda presidencial, lógicas setoriais associadas comumente ao âmbito do religioso e do político foram permutadas e confundidas. Eis aí as conjunturas fluidas que caracterizam as problemáticas políticas de alguma profundidade (Dobry, 2024, p. 105).

Porém, como se verá a seguir, no caso das iniciativas religiosas realizadas para fazer avançar ou frear o impeachment de Dilma, é possível identificar gérmens de tais esforços já durante sua primeira eleição como presidente da República. Ou seja, as mobilizações multissetoriais não tiveram seu início com a crise política observada em 2016, o que leva à necessidade de complexificar a perspectiva teórica trazida por Dobry.

## **MOBILIZAÇÕES POLÍTICO-RELIGIOSAS NA ASCENSÃO DE DILMA ROUSSEFF**

Dia 29 de outubro de 2010, antevéspera do segundo turno das eleições presidenciais. O jornal *Folha de S.Paulo*, logo em sua primeira página, estampava a foto do candidato José Serra, em campanha eleitoral, a beijar devotamente uma imagem de Nossa Senhora da Abadia. Ao lado da foto, a manchete para a principal notícia da data: “Papa cobra ação de bispos do Brasil contra o aborto – Bento 16 afirmou a religiosos [...] que é dever dos bispos intervir na campanha política” (Schwartzman, 2010). Dias antes, o candidato jactava-se, na bancada do “Jornal Nacional”, da Rede Globo, de ser ele o presidenciável mais religioso da campanha: “Eu sou uma pessoa religiosa. Não é nada forçado [...]. Aliás, a candidata [Dilma] não fez outra coisa senão passar a visitar igrejas, coisa que ela não fazia” (Franco, 2010). Ao longo

da campanha, Serra se dizia favorável a que o posto maior da República fosse ocupado por alguém que acreditasse em Deus (Marengas; Stangler, 2010). A equipe tucana chegou a distribuir “santinhos” com a imagem do candidato justaposta à frase “Jesus é a verdade e a justiça” (Cardoso, 2010).

Nessa toada, o estafe de Serra montou uma “coordenadoria de evangélicos”, sob responsabilidade do pastor Alcides Cantóia Jr., da Assembleia de Deus (Costa, 2010). Tratava-se de uma logística estruturada tendo em vista incrementar o apoio de lideranças evangélicas à candidatura tucana. Por meio de contatos sistemáticos com essas lideranças, eram apresentadas propostas reativas e contrárias à descriminalização do aborto e ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Em paralelo, a coordenadoria também levou Silas Malafaia para a campanha. O religioso pentecostal já havia declarado apoio aberto à candidatura de Serra e teve seu discurso repercutido em pleno horário político gratuito (Balloussier, 2010a).

Pela militância em favor da candidatura de Serra, Malafaia bateu de frente com o bispo Edir Macedo, que apoiava Dilma na campanha para substituir Luiz Inácio Lula da Silva. Malafaia disparou contra o bispo, a quem acusou de ser “comprado para defender Dilma”: “Você tem gasto bilhões, dízimo e ofertas do povo de Deus, que você tem injetado na televisão para promover prostituição, adultério, homossexualismo, sensualidade, assassinato e roubo. Sua TV é um lixo moral” (Corrêa; Nery, 2010). Malafaia refere-se à Rede Record, cujo proprietário é Edir Macedo. Devido a essas declarações, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo e a Igreja Universal cortaram relações institucionais.

Mas tais acusações não surgiram *ex-nihilo*. Em pregações conduzidas por Edir Macedo, ele colocava em dúvida os argumentos de Malafaia pró-Serra e interrogava quais seriam os interesses obscuros que moveriam o pastor da Assembleia de Deus (Macedo, 2010). Esses questionamentos estavam diretamente inseridos nos sermões da Universal, que buscava arregimentar votos para Dilma a partir dos púlpitos. Os bispos da igreja, assim como os pastores e obreiros, orientavam abertamente os fiéis sobre como eles deviam proceder diante da urna eleitoral: “Treze! Lembre esse número nas urnas. Dilma vez por todas, para não deixar o país ir por Serra abaixo!” (Balloussier, 2010b) – assim dizia o pastor em uma Igreja Universal do centro de São Paulo, em consonância com o que era pregado nos outros quase 50 mil templos da denominação espalhados pelo país. Além disso, a *Folha Universal*, jornal de distribuição gratuita da igreja, dedicava, em seguidas edições, grande espaço a matérias sobre as razões pelas quais o voto cristão deveria ser dado à legenda do PT.

Em uma das publicações, o periódico explorou, por exemplo, o fato de o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, apoiador de Serra, ter dito que seu aliado “tem uns demônios dentro dele que, às vezes, nem ele mesmo controla” (Balloussier, 2010a). Em outro artigo, foram elencados sete motivos que necessariamente levariam o fiel a escolher o lado petista da disputa. No rol dos argumentos enumerados, estava a afirmação de que Dilma “respeita os valores cristãos de defesa da vida e da família. Tem um compromisso pessoal em apoiar os ideais do Evangelho, princípio maior da Igreja Universal do Reino de Deus”. Quem

assinou o artigo favorável à candidatura foi Crivella (2010). Anos depois, como se sabe, ele votaria pelo impeachment.

Outro parlamentar que “viraria a casa” posteriormente é Marco Feliciano. Na primeira campanha presidencial de Dilma, ele agiu como importante braço direito do PT. Recém-eleito para seu primeiro cargo legislativo, Feliciano se autodefinia como um “popstar” do meio evangélico (Castilho, 2010). Novato no meio político, o deputado logo irrompeu como um cabo eleitoral relevante. Assumindo essa condição, ele subia palanques para tranquilizar eventuais evangélicos preocupados com os rumos que o país poderia tomar sob o comando da candidata: “O Brasil é um país cristão e permanecerá um país cristão. Eu peguei nas mãos dela [Dilma] e senti paz” (Lima, 2010). E Feliciano fazia mais do que emitir declarações favoráveis à campanha presidencial do PT. Ele projetou e coordenou uma “central de inteligência” em prol dessa causa.

Na intenção de deslegitimar os críticos que acusavam Dilma de ser “a favor do aborto e da prática do homossexualismo”, Feliciano articulou uma equipe para enviar dezenas de milhões de e-mails à coletividade pentecostal: “Como sou muito conhecido dos evangélicos, os e-mails têm o meu nome e são direcionados ao povo religioso” (Castilho, 2010). Além disso, a equipe fazia o rastreamento diário daquilo que era divulgado na internet e que podia influenciar negativamente Dilma entre os evangélicos. A cada comentário em vias de ser prejudicial, uma nota em desagravo deveria ser enviada ao público religioso, independentemente da denominação de pertença do destinatário.

Com a mesma motivação, ou seja, para desarmar rumores que poderiam prejudicá-la junto ao eleitorado religioso, Dilma promoveu uma ampla reunião com lideranças católicas e evangélicas. O compromisso serviu para a candidata reforçar sua posição contrária a temas-tabus, como o aborto, mas prestou também para retirar uma pedra de escândalo do meio do caminho. Circulava entre cultos e missas o boato de que Dilma teria dito que “nem Jesus Cristo” lhe tiraria a vitória. O falatório a respeito desse “sacrilégio” tomou tamanha proporção que a candidata teve que ir a público para desmenti-lo. Diante de 24 lideranças religiosas, ela reafirmou sua condição de católica e declarou que “jamais usaria o nome de Cristo em vão” (Falcão, 2010). Dilma ainda chegou a pedir o testemunho de jornalistas, para que corroborassem a declaração de que tais palavras nunca haviam sido proferidas.

Nesse contexto, foi apresentada a “Carta da Dilma”, texto de autoria do PT distribuído a líderes de igrejas que apoiavam a campanha da candidata à presidência da República. A publicação fora lançada para ser distribuída em igrejas evangélicas e católicas. Na carta-compromisso, Dilma afirmava, mais uma vez: “Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto” (Pires, 2010). Vista repetidas vezes ao longo da campanha eleitoral, essa necessidade de afirmar uma postura “pró-vida” se devia ao fato de Dilma ter se posicionado como “pró-escolha” em um passado não muito distante. Quando ministra-chefe da Casa Civil, ela havia dito que “tem de haver descriminalização do aborto. Hoje, no Brasil, é um absurdo que não haja a descriminalização” (Silva, 2010).

Mas não foi só o discurso acerca da legalidade da interrupção voluntária da gravidez que mudou. O programa eleitoral petista foi todo ele reestruturado nessa direção. Ao longo do primeiro turno da campanha, não foram veiculadas referências às credenciais católicas de Dilma. Porém, quando a disputa fica apenas entre ela e Serra, passaram a sublinhar a “sólida formação moral e religiosa” recebida pela candidata desde a infância. Essa declaração era ilustrada por registros da petista frequentando igrejas e posando de véu ao lado do papa, os quais apareciam intercalados por dizeres como “braço direito de Lula, Dilma viaja o mundo [...] reafirmando seus valores e sua fé” (Neves, 2010).

No movimento de assemelhação com católicos, a candidata aproximou-se da já mencionada Canção Nova, participando de seus eventos (Rosa, 2010). Entretanto, também eram da Canção Nova alguns dos sacerdotes mais enérgicos na pregação contra a candidatura petista de 2010. Chegou a ter quem anunciasse greve de fome em prol da derrota de Dilma. Em homilia transmitida pela TV Canção Nova, o padre José Augusto, membro do conselho da comunidade, declarou: “Podem me matar, podem me prender, podem fazer o que quiserem. Não tenho advogado nenhum. Podem me processar e, se tiver de ser preso, serei. Mas eu não posso me calar diante de um partido que está apoiando o aborto, e a Igreja não aprova” (Seligman, 2010).

Esse feixe de incidentes eleitorais quiçá seja suficiente para ilustrar a constatação que viria a ser realizada por Antônio Flávio Pierucci em artigo de 2011: “Não lembro, e certamente ninguém há de lembrar, de uma campanha eleitoral em que a intro-

missão da religião tenha sido tão grande e ido tão longe como na eleição presidencial de 2010” (Pierucci, 2011, p. 5). Também é o bastante para confirmar o diagnóstico feito por Brasília Sallum Jr. a respeito da sociologia das crises políticas: “A despeito das virtudes da inovação teórica introduzida por Dobry, a polarização entre conjunturas rotineiras e críticas nem sempre ocorre de forma clara” (Sallum Jr., 2016, p. 202). As mobilizações multissetoriais vistas no impeachment não nasceram do dia para a noite. Já na ascensão de Dilma ao poder, é possível identificar o deslocamento para o interior do jogo político de parâmetros, percepções e disposições reconhecidos como religiosos.

A presença dessas orientações e sensibilidades continuou a se avolumar ao longo dos mandatos de Dilma, como é possível constatar, por exemplo, pelo crescimento exponencial das frentes parlamentares evangélica e católica durante as legislaturas iniciadas em 2011 e 2015. Tal expansão transfigurou paulatinamente o jogo político em um jogo ampliado e multissetorial, de modo que, quando se chegou ao momento da votação da abertura do processo de impedimento, o que se teve foi aquela miríade de discursos para a “glória de Deus” no centro do plenário da Câmara, isto é, no olho do furacão em torno do qual o fim da presidência apareceu condensado aos olhos de quem quisesse ver.

Frente aos fatos recapitulados, fica nítido que os episódios do impeachment elencados anteriormente não podem ser lidos como a irrupção súbita de uma presença religiosa até então marginal no período Dilma. Ao contrário, trata-se de eventos que se inscrevem em uma dinâmica constatável desde

o engatinhar desse período e marcada pela crescente legitimação de referências e sensibilidades religiosas como critérios pertinentes de disputa e posicionamento político. As mobilizações católicas e evangélicas que ganharam centralidade no afastamento presidencial encontraram suas condições de possibilidade em transformações ocorridas pelo menos a partir da eleição de 2010, quando já existia a circulação de tais balizas com densidade e eficácia no interior das arenas políticas.

Em suma, o impeachment ainda não havia sequer ingressado no horizonte das cogitações e já se via mobilizações multissetoriais incidindo sobre o governo Dilma. Para o exame desses processos, cumpre, pois, complexificar o arsenal teórico trazido por Dobry através da modulação do contraponto que ele traça entre conjunturas normais e fluidas. Ao longo desta análise, foi possível identificar que a autorreferência e a demarcação de fronteiras não se mostraram a rigor invulneráveis no encadeamento histórico-político em questão, mesmo em situações não críticas.

Tal diagnóstico não significa abdicar das ferramentas fornecidas pela sociologia das crises políticas. Ao contrário, foi a partir dessas ferramentas que se pôde apreender o período do impeachment como uma etapa particularmente intensa de porosidade entre os setores, tal como antevisto pela teoria de Dobry. O ponto, antes, é reconhecer que essa porosidade já se fazia presente em momentos nos quais a legitimidade do governo Dilma ainda estava longe de ser contestada de forma massiva e frontal. Em outras palavras, trata-se de enxergar as situações ditas rotineiras não apenas sob a ótica de um endodeter-

minismo setorial, mas levando em conta, também, as interpenetrações entre o que no plano societário é concebido como pertencente às ordens da política e da religião.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas primeiras sessões desta análise, constatou-se que o processo de impeachment de 2016 foi atravessado por aquelas conjunturas que Dobry nomeia como fluidas, as quais se mostraram presentes entre o que se caracterizou como os setores político e religioso. Em seguida, foi demonstrado que elementos embrionários dessas mobilizações multissetoriais podiam ser localizados não somente ao final da presidência de Dilma, mas desde sua primeira eleição. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a análise mobilizou o referencial teórico da sociologia das crises políticas, ela procurou chamar a atenção para as continuidades, deslocamentos paulatinos e processos de sedimentação que, no quadro em apreço, costuraram os cenários “normais” e “excepcionais”.

O enfoque desta investigação dirigiu-se ao passado, porém, a abordagem analítica que daqui emergiu nos possibilita olhar também para o agora. Afinal, se o impeachment teve um prefácio, como foi demonstrado, é razoável conjecturar que estejamos vivendo o seu prólogo. Ao rearranjar os referenciais que orientavam a ação política, o período Dilma – sobretudo em seu momento derradeiro, mas não exclusivamente nele – instaurou um cenário de indefinição em que novas articulações entre distintos setores sociais puderam se formar. Essas articulações, por sua vez, conferiram ex-

pressão e densidade política a personagens reconhecidas porquanto religiosas, que, no cenário atual, continuam a assumir condutas de grande visibilidade junto à arena pública.

“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.” O lema, repetido inúmeras vezes durante as campanhas presidenciais de Jair Bolsonaro, bem como no decorrer de seu governo, sintetiza a influência que essas personagens e os ideários de que são portadoras continuaram a exercer no setor político, mesmo após encerrada a crise que levou ao impeachment de 2016. Diversos dos atores católicos e evangélicos que emergiram enquanto figuras públicas no período Dilma, e que ganharam ainda mais projeção durante o seu desfecho, mantiveram-se como figuras-chave no cenário político que dali se seguiu, com muitas delas, inclusive, encabeçando o bloco opositor à nova gestão lulista.

Fugiria ao escopo deste texto entrar em detalhes a respeito dos ocorridos pós-destituição presidencial. Cabe sublinhar, ainda assim, como a perspectiva a que se chegou – que se pode chamar, talvez, de uma sociologia matizada das crises políticas –, na medida em que contribui para uma maior compreensão do período Dilma e de seu término, permite também somar esforços na construção de uma história do presente. Ao operar com a noção de mobilizações multissetoriais, mas sem aderir a uma dicotomia inflexível entre conjunturas rotineiras e críticas, torna-se possível conferir inteligibilidade ao fato de que, por mais que a presidência de Dilma tenha se encerrado há uma década, a reconfiguração político-religiosa presente desde sua ascensão, e que foi densificada em sua queda, permanece em curso ainda hoje.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, A. “A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer”.

*Novos Estudos Cebrap*, n. especial, 2017, pp. 49-58.

AMORIM, F. “Dilma diz que decretos eram ‘rotina’ e vê razão ‘política’ para

impeachment”. *UOL*, Brasília, 6/jul./2016, Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/07/06/cardozo-le-defesa-de-dilma.htm>.

ARBEX, T. “CNBB diz que impeachment não pode atender a interesses partidários”.

*Folha de S.Paulo*, 14/abr./2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1760920-cnbb-diz-que-impeachment-nao-pode-atender-a-interesses-partidarios.shtml>.

AZEVEDO, A. L. “Perfil Marcelo Crivella: metamorfose para tentar se descolar da igreja”.

*O Globo*, 30/out./2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/perfil-marcelo-crivella-metamorfose-para-tentar-se-descolar-da-igreja-20384121>.

- BACHTOLD, F. "Em vídeo com Feliciano, Temer pede orações e prega 'pacificação'". *Folha de S.Paulo*, 2/maio/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1766934-em-video-com-feliciano-temer-pede-oracoes-e-prega-pacificacao.shtml>.
- BALLOUSSIÉ, A. V. "Pastores e viúva de Chico Mendes apoiam Serra na TV". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, p. A11, 18/out./2010.
- BALLOUSSIÉ, A. V. "Pastor da Universal orienta fiéis a não deixar o Brasil 'ir por Serra abaixo'". *Folha de S.Paulo*, 2010. Disponível em: [http://presidente40.folha.blog.uol.com.br/arch2010-10-16\\_2010-10-31.html#2010\\_10-30\\_15\\_56\\_31-148400191-0](http://presidente40.folha.blog.uol.com.br/arch2010-10-16_2010-10-31.html#2010_10-30_15_56_31-148400191-0).
- CAPELO, R. "O que diz o pedido de Hélio Bicudo para o impeachment da presidente Dilma Rousseff". *Época*, 4/dez./2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/12/o-que-diz-o-pedido-de-helio-bicudo-para-o-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff.html>.
- CARDOSO, D. "Serra distribui santinho com mensagem sobre Jesus". *Estadão*, 15/out./2010. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,serra-distribui-santinho-com-mensagem-sobre-jesus,625284>.
- CARVALHO, A. "Feliciano diz que comissão era 'dominada por Satanás' antes de sua chegada". *Folha de S.Paulo*, 1º/abr./2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1255290-feliciano-diz-que-comissao-era-dominada-por-satanas-antes-de-sua-chegada.shtml>.
- CASTILHO, A. "Em Orlandia (SP), deputado eleito comanda central que contra-ataca boatos anti-Dilma". *Folha de S.Paulo*, 29/out./2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/10/822564-em-orlandia-sp-deputado-eleito-comanda-central-que-contra-ataca-boatos-anti-dilma.shtml>.
- CASTRO, D. "Impeachment na TV tem silêncio na Globo, Record perdida e SBT vitorioso". *Notícias da TV*, 17/abr./2016. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/impeachment-na-tv-tem-silencio-na-globo-record-perdida-e-sbt-vitorioso--11022>.
- CORRÊA, H.; NERY, N. "Líderes evangélicos duelam por aliados". *Folha de S.Paulo*, p. A17, 22/out./2010.
- COSTA, B. "Campanha de Serra faz ofertas a evangélicos". *Folha de S.Paulo*, 21/out./2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/817799-campanha-de-serra-faz-ofertas-a-evangelicos.shtml>.
- CRIVELLA, M. "7 razões para votar em Dilma". *Folha Universal*, São Paulo, 31/out./2010, p. 24.
- DOBRY, M. *Sociologia das crises políticas*. São Paulo, Editora Unesp, 2014.
- DUALIBI, J. "A acusadora: como a advogada Janaina Paschoal, uma desconhecida professora da USP, se transformou em peça-chave do impeachment". *Piauí*, n. 122, nov./2016. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-acusadora-janaina-paschoal/>.
- FALCÃO, M. "Dilma faz reunião com evangélicos e católicos para desmentir boatos". *Folha de S.Paulo*, 29/set./2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/806590-dilma-faz-reuniao-com-evangelicos-e-catolicos-para-desmentir-boatos.shtml>.
- FOREQUE, F.; FALCÃO, M. "Proposta sobre 'cura gay' é aprovada em comissão presidida por Feliciano". *Folha de S.Paulo*, 18/jun./2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1511119-proposta-sobre-cura-gay-e-aprovada-em-comissao-presidida-por-feliciano.shtml>.

- com.br/poder/2013/06/1297075-proposta-sobre-cura-gay-e-aprovada-em-comissao-presidida-por-feliciano.shtml.
- FORMIGA, I. "Para CNBB, impeachment de Dilma enfraqueceria instituições". *G1*, 12/mar./2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/para-cnbb-impeachment-de-dilma-enfraqueceria-instituicoes.html>.
- FRANCO, B. M. "PT pôs aborto na campanha, diz Serra". *Folha de S.Paulo*, p. A14, 20/out./2010.
- FRANCO, B. M. "Direita, volver". *Folha de S.Paulo*, 13/maio/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2016/05/1770853-direita-volver.shtml>.
- FRANCO, B. M. "Eleição de bispo no Rio marca ascensão de pastores evangélicos na política". *Folha de S.Paulo*, 30/out./2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827927-eleicao-do-bispo-no-rio-marca-ascensao-de-pastores-evangelicos-na-politica.shtml>.
- FREITAS, V. T. de. "Os protestos de junho de 2013 e a retomada dos pedidos de intervenção militar no Brasil". *(SYN)THESIS*, v. 16, n. 3, 2024, pp. 42-53.
- LIMA, D.; ARBEX, T. "Por apoio, Dilma telefona a Edir Macedo e Planalto busca ponte com católicos". *Folha de S.Paulo*, 1º/abr./2016. Disponível em: <http://painel.blogfolha.uol.com.br/2016/04/01/por-apoio-dilma-tefona-a-edir-macedo-e-escala-gilberto-carvalho-para-fazer-ponte-com-catolicos/>.
- LIMA, D. "Dilma afirma que irá tratar mulheres que fazem aborto como uma 'questão de saúde'". *Folha de S.Paulo*, 8/out./2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/812288-dilma-afirma-que-ira-tratar-mulheres-que-fazem-aborto-como-uma-questao-de-saude.shtml>.
- LIMA, M. "A profecia de Crivella: dinheiro e aviões já temos, vamos eleger presidente". *Veja*, 21/out./2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/radar/a-profecia-de-crivella-dinheiro-e-avioes-ja-temos-vamos-eleger-presidente/>.
- MACARENHAS, A.; STANGLER, J. "Ausente de debate de TVs católicas, Dilma vira alvo de rivais". *Estadão*, 24/ago./2010. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/radar-politico/sem-dilma-tvs-catolicas-realizam-primeiro-debate-entre-presidenciais-acompanhe/>.
- MACEDO, E. "Cuidado com o profeta velho". *Universal*, 16/out./2010. Disponível em: <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/cuidado-com-o-profeta-velho/>.
- NERY, H. "Carta Aberta aos Bispos do Brasil". *ACI Digital*, 4/abr./2016. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticias/em-carta-aos-bispos-movimento-catolico-pede-posicao-frente-aos-danos-do-pt-a-sociedade-15920>.
- NEVES, L. "Biografia de Dilma na TV é alterada e agora cita 'sólida formação religiosa'". *Folha de S.Paulo*, p. A8, 13/out./2010.
- PIERUCCI, A. F. "Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso". *Revista Novos Estudos Cebrap*, n. 89, 2011, pp. 6-15.
- PIRES, C. "Em carta, Dilma assina compromisso contra o aborto". *O Estado de S. Paulo*, 15/out./2010. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/em-carta-dilma-assina-compromisso-contr-o-aborto/?srsltid=AfmBOor28NTPL463yTc1Ju5umQ1DAoc9UD7IJ80fo2sGX06f2vUC53Km>.
- ROCHA, A. Í.; FAGUNDES, M.; INHESTA, S. "Não podemos mais falar em crise", diz Temer em primeiro discurso". *O Estado de S. Paulo*, 12/maio/2016. Disponível em:

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-podemos-mais-falar-em-criese--diz-temer-em-primeiro-discurso,10000050870>.

ROSA, V. "Dilma participa de evento com católicos". *O Estado de S. Paulo*, 6/maio/2010.

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-participa-de-evento-com-catolicos,547546>.

SALLUM JR., B. "Crise política e impeachment". *Revista Novos Estudos Cebrap*, n. 105, pp. 183-203.

SCHWARTSMAN, H. "Papa pede ação no Brasil contra aborto". *Folha de S. Paulo*, 29/out./2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2910201007.htm>.

SELIGMAN, F. "PT e TV católica entram em acordo por direito de resposta de 8 minutos". *Folha de S. Paulo*, 8/out./2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/812041-pt-e-tv-catolica-entram-em-acordo-por-direito-de-resposta-de-8-minutos.shtml>.

SILVA, F. de B. "Nas trevas de Deus". *Folha de S. Paulo*, p. A2, 6/out./2010.

SOARES, B. "Votações do impeachment multiplicam audiência das TVs Câmara e Senado". *Folha de S. Paulo*, 15/maio/2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1771102-votacoes-do-impeachment-multiplicam-audiencia-das-tvs-camara-e-senado.shtml>.

URIBE, G. "Temer abre espaço na agenda para receber bênção de Silas Malafaia". *Folha de S. Paulo*, 27/abr./2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1765179-temer-abre-espaco-na-agenda-para-receber-bencao-de-silas-malafaia.shtml>.